



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



DOCUMENTO DE TRABALHO N.º 2003/02

Janeiro

**Impactes das Instituições de Ensino Superior no
Território: Estudo do caso da Universidade de Évora**

António Caleiro

Universidade de Évora, Departamento de Economia

Conceição Rego

Universidade de Évora, Departamento de Economia

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
Largo dos Colegiais, 2 – 7000-803 Évora – Portugal
Tel.: +351 266 740 894 Fax: +351 266 742 494
www.decon.uevora.pt wp.economia@uevora.pt

Resumo/ Abstract:

Palavras-chave/Keyword:

Classificação JEL/JEL Classification:

1. Introdução

Nos últimos 30 anos a expansão do ensino superior foi um dos fenómenos sociais mais marcantes em Portugal. Esta expansão concretizou-se, fundamentalmente, de três formas: criação de novas universidades públicas, criação do ensino politécnico público e desenvolvimento das instituições privadas. Esta evolução alterou de forma substancial o panorama do ensino superior em Portugal, um pouco à semelhança do que aconteceu em toda a Europa: este subsistema, inicialmente elitista, torna-se num ensino de massas; o número de alunos, docentes e estabelecimentos de ensino aumentou exponencialmente; os estabelecimentos que se localizavam apenas nas grandes cidades do litoral português (Lisboa, Coimbra e Porto) passam a fazer parte do quotidiano das cidades do interior, alterando-o profundamente e permitindo o acesso a este grau de ensino por parte de inúmeros estudantes que, de outra forma, não teriam condições económico-financeiras para o frequentar.

Da instalação das instituições de ensino superior nas cidades resultam efeitos decorrentes do exercício das funções tradicionais de ensino, investigação e extensão, bem como outros, muito diversos, ao nível económico, social, demográfico ou urbano. Em Évora, a marca da Universidade é indissociável: desde que este estabelecimento de ensino foi reaberto em 1979 que a sua população estudantil não tem parado de crescer, bem como as estruturas que permitem esta expansão, assistindo-se à consolidação do conceito de “cidade universitária” na medida em que as actividades da academia decorrem, fundamentalmente, em espaços diversos dentro do perímetro do centro histórico de Évora, com a natural convivência entre os residentes e os estudantes.

O estudo dos efeitos das instituições de ensino superior nas cidades onde se instalam é uma prática habitual em diversos países da Europa e dos Estados Unidos: vejam-se os trabalhos de Bleaney e outros (1992), CVCP (1994), Huggins e Cook (1997), OCDE (1999). Partindo de uma metodologia de tipo keynesiano procuram identificar os efeitos, directos e indirectos, do estabelecimento de ensino no produto, no rendimento e no emprego das cidades bem como das regiões.

Por outro lado, é pertinente identificar alguns dos efeitos qualitativos decorrentes da presença da Universidade de Évora (U.E.) na cidade, nomeadamente, avaliando o

contributo da U.E., por via das suas diversas funções, para o conhecimento, através da transferência de tecnologia, para a qualificação da população residente e do emprego e para a melhoria do ambiente sócio-cultural.

Neste artigo que agora nos propomos apresentar procuraremos também explorar outras metodologias, que permita complementar a identificação de alguns dos efeitos qualitativos atrás referidos. Na verdade, a U.E., enquanto uma das principais entidades geradoras do **número** de licenciados que se têm empregado na região do Alentejo, tem desempenhado, obviamente, um papel crucial no desenvolvimento do mercado de trabalho em geral, naquela região, e, em particular, no mercado de trabalho do seu principal *output*, ou seja dos quadros superiores.

A nossa tese, aqui, resulta da vontade de ir para além da evidência **numérica**, atrás realçada. Na verdade, estudos recentes, têm demonstrado que as diversas características de funcionamento do mercado de trabalho como, por exemplo, a sua maior ou menor flexibilidade (em termos de legislação laboral ou em termos da mobilidade espacial da oferta) ou, ainda, o próprio comportamento dos sindicatos são decisivas para explicar a maior ou menor *persistência* no nível de desemprego desse mercado. Assim, tendo em conta que a região Alentejo, onde a Universidade de Évora se situa, se encontra deprimida, em termos económicos mas também demográficos, é de esperar que, pelas características particulares do mercado de quadros superiores, o impacte seja também de natureza **qualitativa**.

Em termos **qualitativos**, julgamos ser tanto maior o impacte da Universidade de Évora, quanto mais distinta for a evolução do mercado de trabalho dos quadros superiores relativamente à registada no mercado de trabalho em geral, ao nível das principais zonas de influência da Universidade, ou seja o concelho e o distrito de Évora.

2. Enquadramento teórico

O pressuposto básico assumido neste trabalho foi o de que as instituições de ensino superior, de um modo geral, e as universidades, em particular, são agentes promotores do desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. As universidades são entidades polarizadoras do processo de desenvolvimento, capazes de gerar externalidades

positivas fundamentais para a melhoria do capital humano através do exercício das funções de ensino, investigação e extensão.

As universidades são pólos de desenvolvimento na medida em que através da sua actividade, da formação de recursos humanos, da difusão do conhecimento, da informação e da inovação, transmitem impulsos de crescimento para o tecido económico e social envolvente. Para o desenvolvimento económico, ou seja, para o aumento sustentado e irreversível do rendimento real dos cidadãos, contribui não só o capital físico, como o capital relacional e o capital humano.

Por via do desempenho da função ensino, estas instituições têm um papel fundamental na qualificação da população activa, que se reflecte na melhoria dos níveis de produtividade e de competitividade da economia bem como no aumento dos rendimentos do trabalho, designadamente nos salários, com a conseqüente melhoria do nível de vida.

“Os recursos humanos serão sempre a parcela mais rica e promissora do potencial endógeno, tanto mais rica e tanto mais promissora quanto mais qualificada. Daí que a educação, a formação em geral assumam função de carácter estratégico, estruturante, no processo de desenvolvimento” (Simões Lopes, 1996: 4). Vários documentos da OCDE (1997, 1998) demonstram que o desenvolvimento dos países está directamente relacionado com o seu nível de educação e de I&D: os países mais desenvolvidos são, de um modo geral, os que têm um nível de instrução mais elevado ou os que gastam relativamente mais com educação e com I&D e, correlativamente, toda a insuficiência nestes domínios constitui um obstáculo ao desenvolvimento. Desde os anos 60, com os trabalhos de Schultz e Denison, que nos numerosos estudos, desenvolvidos nos mais diversos países, a partir do mesmo quadro metodológico, têm dado conta da existência de uma ligação significativa entre educação e desenvolvimento económico.

A educação é um legado de uma geração para a seguinte, assentando aqui a sua principal função social (Thomas, 1995). Trata-se de um investimento a médio prazo, feito pela sociedade em geral e pelas famílias, na medida em que se abdica do contributo produtivo actual dos jovens na expectativa de um contributo reforçado no futuro (Lopes, 2001).

O valor económico da educação reflecte-se de duas formas: por um lado, por via da rendibilidade privada da educação, sob a forma de salários mais elevados, reflectindo o respectivo nível de produtividade relativa e, por outro lado, através da existência de externalidades positivas. A educação aumenta a produtividade através do aumento de competências e dos conhecimentos colocados no mercado de trabalho. Este efeito torna-se relativamente mais fácil de quantificar se partirmos do pressuposto de que os empregadores vão pagar mais aos trabalhadores com maiores níveis de instrução apenas na medida em que estes são mais produtivos (Brown e Heaney, 1997; Turner, 1997).

A acumulação de capital, não só humano, como também físico e relacional, é um factor fundamental para a existência de crescimento económico sustentável, a longo prazo, e para a diminuição das divergências de rendimento entre países. O sucesso económico, condição fundamental para a melhoria do nível de vida das populações, traduz a capacidade de regiões ou organizações mobilizarem diferentes instituições (empresas, organizações, redes, infra-estruturas de informação, sistemas de incentivos, etc.) para apoiarem a aprendizagem. A inter-acção entre a aquisição quotidiana de saberes e o ensino institucional é decisivo. A formação de competências decorre, por um lado, da formação institucional adquirida em diversos estabelecimentos de ensino (escolas e universidades) e, por outro, da aprendizagem realizada no decurso da actividade profissional.

A abordagem que sustenta esta análise enquadra-se no domínio da “*learning region*”. Qualificar uma região como “de aprendizagem” significa dizer que os actores do sistema estão envolvidos em processos de aprendizagem que permitem o desenvolvimento de conhecimentos, de *know-how* e de outras competências necessárias à inovação e à manutenção da competitividade. As regiões, para serem eficazes no contexto da economia mundial desprovida de fronteiras, devem definir-se pelos mesmos elementos que as empresas com forte intensidade de conhecimentos: melhoria permanente, ideias novas, criação de saber e aprendizagem contínua. A chave para a existência da *learning region* é a infra-estrutura humana e os mecanismos institucionais que favorecem a aprendizagem interactiva, pelo que a capacidade de promover o retorno às universidades, ao longo da vida activa, é fundamental para garantir a actualização dos conhecimentos e para a manutenção da capacidade inovadora.

A difusão de novos saberes para a região, inovadores em termos de tecnologia ou de organização, um dos impactes gerados pelas instituições de ensino superior, pode acontecer de formas variadas:

- i)* por via dos estudantes, através da realização de estágios ou de colaboração com projectos de investigação;
- ii)* através da inserção de diplomados no mercado de trabalho local;
- iii)* a partir dos investigadores, através da realização de projectos de investigação pura ou aplicada e da publicação dos respectivos resultados;
- iv)* por via de missões de consultores, através de acções de fomentem a inovação e a melhoria no domínio das tecnologias ou da gestão das organizações.

Os impactes económicos no produto, no rendimento e no emprego das regiões – outro conjunto de efeitos decorrentes da presença de estabelecimentos de ensino superior - são medidos, fundamentalmente, através da aplicação do mecanismo do multiplicador keynesiano. Esta metodologia permite-nos avaliar, a partir dos gastos realizados pelos funcionários, docentes e não docentes, pelos estudantes e pela própria instituição, qual é a criação suplementar de riqueza, em termos de produto, rendimento e emprego, decorrente, directa e indirectamente, da actividade das instituições de ensino superior. Dito de outro modo, esta metodologia diz-nos qual é o efeito multiplicador, na economia local, de cada unidade monetária gasta em torno das instituições de ensino superior.

Da instalação de um estabelecimento de ensino superior decorrem, para além dos efeitos imediatos no emprego directo, efeitos ao nível da procura acrescida de bens e serviços que dão origem a novos postos de trabalho na região. Naturalmente que estes efeitos multiplicadores são tanto maiores quanto mais vasta e diversificada for a estrutura económica da região ou da cidade onde o estabelecimento de ensino está inserido e quanto mais inter-relacionada estiver com a economia local (porque menores serão as fugas que podem afectar o valor do multiplicador).

Modelo

Para avaliar os impactes da U.E. no rendimento e no produto aplicamos a metodologia já usada em trabalhos semelhantes (BLEANEY e outros, 1992; HUGGINS e COOK, 1997) – adaptando-a, nomeadamente, às características da informação obtida através do sistema de contabilidade da

administração pública - a qual sugere que se usem duas medidas diferentes de rendimento: *i*) a noção de Produto Local Bruto (*PLB*), equivalente ao que ao nível nacional se designa de PIB; a U.E. é uma componente da economia local, contribuindo directamente para o produto da cidade e da região e provoca efeitos multiplicadores, na economia local, através da compra de outros bens e serviços a empresas locais, por via dos gastos locais dos seus funcionários e dos seus estudantes; *ii*) a noção de Rendimento Disponível Local (*RDL*), ou seja, o rendimento remanescente após a retenção de impostos e outras deduções (por ex., contribuições para a segurança social), ou seja, o equivalente ao *RDB*.

A área na qual se vai medir o impacto, no produto e no rendimento, da U.E. é o concelho de Évora. A análise é confinada aos dados de um único ano base: 1999/2000. Ainda assim, é expectável que o conjunto total dos impactos venha a prolongar-se durante vários anos. Calculam-se as estimativas separadas para o PLB (*Y*) e para o RDL (*D*).

O modelo explicita-se assim:

$$E = L + G \quad (1.1)$$

→ *L* = total dos custos de trabalho (bruto)

→ *G* = gastos com bens e serviços (bruto)

Obtemos assim uma estimativa do conjunto de gastos directos efectuados pela Universidade de Évora. No entanto, a este nível, ainda nada sabemos a respeito do carácter local das despesas efectuadas.

$$Y_1 = L + hG, \text{ a p.m.} \quad (1.2)$$

$$D_1 = (1 - t)(Y_1 - hiG)$$

(1.3)

→ *Y*₁: primeiro nível de impacto no produto local,

→ *D*₁: primeiro nível de impacto no rendimento disponível dos residentes,

→ *h*: proporção de bens e serviços adquiridos pela Universidade no mercado local,

→ *i*: taxa média de impostos indirectos,

→ *t*: taxa média de impostos directos (percentagem dos salários líquidos nos ilíquidos¹)

Com as equações (1.2) e (1.3) obtemos uma primeira estimativa do impacto da Universidade, no produto e no rendimento locais. No entanto, estes não estarão devidamente avaliados se não incluirmos, na formulação, uma estimativa dos gastos realizados pelos estudantes e uma ponderação do conjunto de despesas efectuadas na localidade pelos funcionários residentes. Assim, vem:

$$Y_2 = vZ + wcD_1 \quad (1.4)$$

$$D_2 = (1 - t)(1 - i)Y_2 \quad (1.5)$$

→ *Y*₂: segundo nível de impacto no produto local,

→ *D*₂: segundo nível de impacto no rendimento disponível dos residentes,

→ *Z*: total dos gastos dos estudantes,

→ *v*: proporção de gastos em produtos e serviços locais, feitos pelos estudantes,

→ *w*: proporção de gastos dos funcionários nos produtos locais,

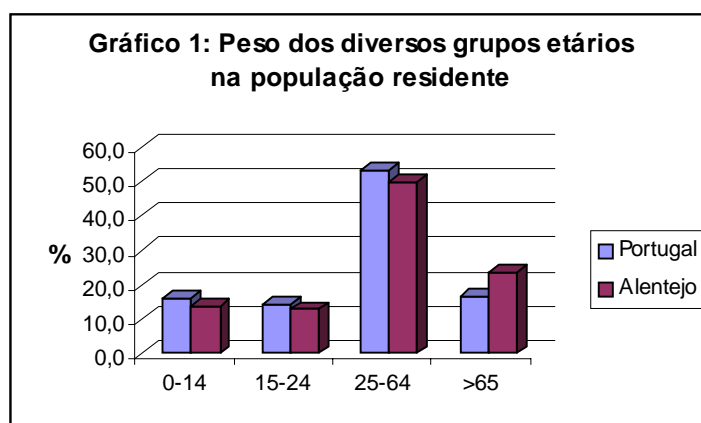
→ *c*: propensão média ao consumo.

A partir daqui, os impactos sucessivos decorrem do facto da despesa anterior ser reaplicada na área em estudo.

3. A Universidade de Évora, a cidade e a região

¹ Considera-se que esta taxa reflecte as retenções de impostos, contribuições para a ADSE, CGA, quotas sindicais, etc.

A Universidade de Évora, reaberta em 1979, instalada na cidade com o mesmo nome, é a principal instituição de ensino superior existente no Alentejo e a única de cariz universitário público presente na região. Se a sua importância, no contexto do ensino superior público português é diminuta (os alunos desta instituição representam cerca de 4% do total de estudantes matriculados em Portugal neste grau de ensino), já o mesmo não se pode dizer do seu peso nos cenários regional e concelhio: na U.E. estudam cerca de 40% dos alunos matriculados em todos os estabelecimentos de ensino superior do Alentejo e estes estudantes representam cerca de 14% dos residentes no concelho de Évora.



Fonte: CENSOS 2001, Resultados Preliminares.

O Alentejo, região que ocupa 1/3 do território de Portugal continental, com os seus 535 mil habitantes, é a região portuguesa menos densamente povoada (no final dos anos 90, Portugal apresentava uma densidade de 112 habitantes por km² enquanto no Alentejo eram apenas 19,8 habitantes por km²). A população, duplamente envelhecida (gráfico 1), vive fundamentalmente em aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, enquanto as áreas rurais se desertificam. A população activa também é diminuta, estimando-se que não ultrapasse os cerca de 220 mil indivíduos. Depois do fim do predomínio da actividade agrícola, o sector terciário passou a ser o que ocupa mais activos, sendo baixo o seu nível médio de qualificações bem como a escolaridade. É fortemente condicionador de qualquer estratégia de desenvolvimento que se procure implementar na região o facto de 35% dos residentes apenas terem quatro anos de escolaridade (dados para 2001) enquanto que 44% das pessoas ao serviço, em 1997, apenas possuírem, como formação, o primeiro ciclo do ensino básico. O desemprego,

por seu turno, de carácter estrutural, apresenta valores mais elevados que a média nacional (em 1999, para um valor médio no país de 4,4%, o Alentejo registava um valor de 6,7%), sendo sobretudo os indivíduos com menores habilitações, portanto com maiores dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, que são mais afectados pelo fenómeno.

O tecido empresarial alentejano (cerca de 3,4% das empresas portuguesas no final da década de 90) é débil, constituído predominantemente por empresas de muito pequena dimensão (em média, as empresas alentejanas têm 6,2 pessoas ao serviço e um volume de vendas anual que não atinge os 100 mil contos – ou seja, 500 mil euros), registando-se apenas casos pontuais de concentrações industriais de maior dimensão, decorrentes, muitas delas, de iniciativas externas à região. A actividade empresarial não se distribui de forma homogénea pelo território, verificando-se, em termos geográficos e sectoriais, aglomerações de unidades empresariais, com as consequentes assimetrias intra-regionais. As principais actividades económicas da região são o comércio por grosso e a retalho (34,3% das sociedades existentes na região), a agricultura e pescas (14,7% das sociedades), a indústria transformadora (12,5% das sociedades) e o alojamento e restauração (10,1% das sociedades).

A debilidade da actividade económica reflecte-se na qualidade de vida dos residentes da região. Em termos de rendimentos, da região e dos seus residentes, os dados disponíveis para o PIB *per capita* revelam que o Alentejo é uma das 25 mais pobres regiões da Europa comunitária, sendo a que mais se afasta da média do país. Paralelamente, o rendimento disponível das famílias alentejanas apresenta valores mais baixos que o conjunto do país enquanto que os preços no consumidor são, em média, mais elevados pelo que o indicador de poder de compra regional é apenas 68% do total nacional, sendo este o pior resultado apresentado por todas as regiões do continente.

A qualidade de vida da população do Alentejo pode-se avaliar também através da dotação de infra-estruturas. Se, por um lado, a região está razoavelmente bem equipada no domínio das infra-estruturas básicas e apresenta um nível de preservação ambiental e cultural muito significativo, já o mesmo não acontece com os equipamentos sociais, designadamente no domínio da saúde e do apoio à terceira idade, os quais assumem particular importância numa região envelhecida como o Alentejo. Dado que a sua

localização coincide com os principais centros urbanos, colocam-se problemas de acessibilidade a estes equipamentos, na medida em que a população idosa é a que mais habita as áreas rurais.

No domínio das infra-estruturas de comunicação, verifica-se que a região está razoavelmente dotada de uma rede rodoviária que cumpre de forma satisfatória os objectivos de garantir boas acessibilidades às regiões limítrofes (Lisboa, Espanha e Algarve) mas revela carências no que respeita às acessibilidades intra-regionais, tornando demorados os percursos de ligação entre as áreas rurais e as sedes de concelho. A rede ferroviária encontra-se obsoleta e não cumpre de todo as suas funções de transporte de passageiros e mercadorias, e as aero-portuárias ainda estão em desenvolvimento. Este cenário coloca a região na dependência das ligações rodoviárias para o transporte de mercadorias e pessoas, quer seja no interior do território, quer nas ligações com o exterior, o que não se revela como a solução economicamente mais eficiente, do ponto de vista dos residentes e das empresas.

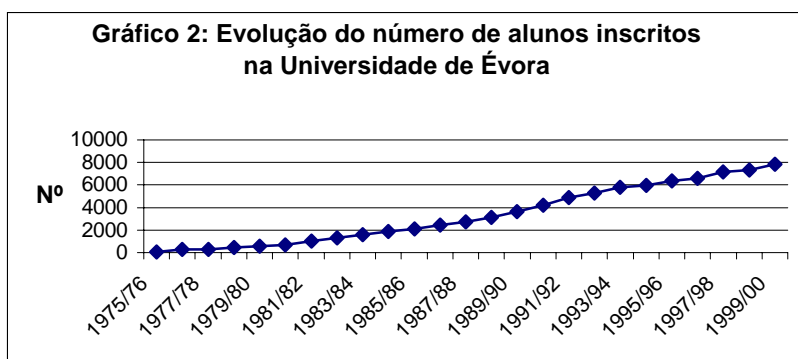
Évora, com os seus 56 mil habitantes, é a maior cidade do Alentejo. A sua actividade económica está profundamente ligada aos serviços, particularmente aos públicos. “O concelho de Évora posiciona-se como o grande pólo de terciário de todo o Alentejo Central, oferecendo um leque diversificado de serviços de apoio à população, que tem vindo a evoluir no sentido do preenchimento de funções menos banais ou na qualificação dos serviços já existentes, a que se alia também a localização na cidade das principais instituições da Região no apoio ao tecido empresarial e à população (Universidade, associações sectoriais, instituições ligadas ao emprego e à formação, etc). Paralelamente, Évora possui uma base económica que sem ser ampla, é relativamente mais consolidada do que a existente na maior parte dos concelhos do Alentejo, albergando um tecido empresarial de microempresas tradicionais, mas também grandes unidades empresariais, multinacionais, onde se destaca a presença da Tyco Electronics ou da Lee, cujos impactes locais, contudo, se restringem à distribuição de rendimento através do emprego gerado. O reforço das acessibilidades na área, por seu turno, tem tido efeitos muito interessantes sobre o desenvolvimento de actividades de logística (DGDR, 2000: 377)”.

A ligação estreita entre a U.E. e a cidade está expressa em documentos oficiais de diversas instituições, mesmo que no quotidiano o seu relacionamento nem sempre seja fácil. Por parte da Universidade, a ligação à região é definida no objectivo 4 do *Plano Estratégico da Universidade de Évora 1999-2004* (Aumento do protagonismo no desenvolvimento social e económico), tendo sido já concretizada a criação de um Observatório sobre o Alentejo no âmbito de uma das Pró-Reitorias da instituição. O *Plano Estratégico da Cidade de Évora*, documento da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora, por seu turno, apresenta “**Évora, Cidade Universitária**” como uma das seis ideias fortes do documento e afirma que à Universidade cabe “o papel de difusão dos saberes científicos”, o dever de se projectar “no espaço regional e nacional como um importante motor de desenvolvimento nas vertentes cultural, social e económica”, integrando-se “no seio da comunidade científica pela profundidade do seu saber e investigação acumulada, pelo prestígio dos seus mestres, pela elevada preparação científica dos seus alunos”.

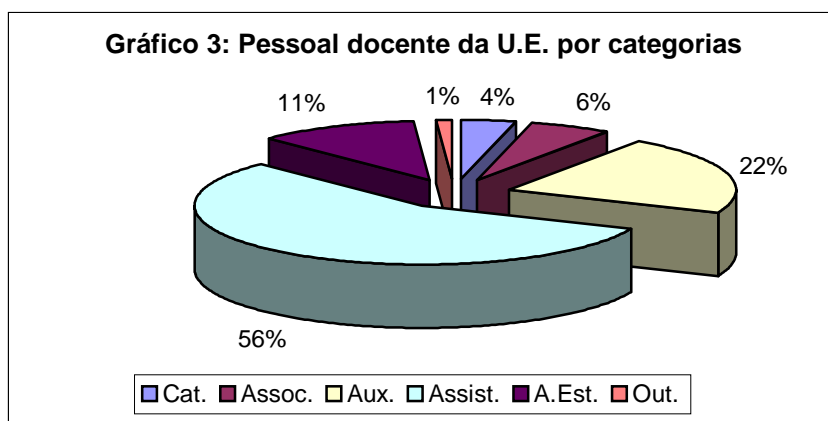
Desde a sua reabertura, durante os anos 70, que a Universidade de Évora tem vindo a ganhar dimensão e protagonismo no contexto do ensino superior português, onde ocupa actualmente uma posição mediana, conquistando sucessivamente mais estudantes e professores. Contudo, a U.E. com os seus cerca de oito mil estudantes e mais de cinco centenas de docentes, é a principal instituição de ensino superior público do Alentejo, e a única de cariz universitário público, albergando 53% dos estudantes que frequentam o ensino superior público no Alentejo e 55% dos docentes deste grau de ensino.

No entanto, não podemos ignorar que o crescimento do número dos seus estudantes (gráfico 2) tem acontecido a ritmos sucessivamente decrescentes, com particular acuidade nos anos 90, nem que o número de candidatos à frequência de um curso superior – licenciatura – na U.E. tem vindo a diminuir sistematicamente. O número de alunos que frequentam cursos de formação avançada, ainda que diminuto, tem registado uma evolução positiva, nos últimos anos. Estes dados sugerem que, com o actual cenário de retracção da procura dirigida ao ensino superior para formação inicial, a par do excesso de oferta existente nas instituições públicas, a U.E. deve avaliar cuidadosamente a sua política de ensinos, nomeadamente em termos de diversificação das formações oferecidas aos vários níveis – inicial e avançada - e procurando novos

públicos, para, por exemplo, educação pós-secundária ou outra que não tenha como finalidade a atribuição de grau académico.



Fonte: Assessoria de Planeamento da Universidade de Évora.



Fonte: Serviços Administrativos da Universidade de Évora.

Esta instituição tem ao seu serviço cerca de mil funcionários dos quais a maioria (58%) é docente. Entre estes, os Assistentes ainda estão em maior número (gráfico 3), apesar do esforço no sentido da melhoria do corpo docente, consubstanciado no elevado número de doutoramentos realizados, ou a que se atribuiu equivalência, na passada década de 90. De facto, neste período foi quando mais aumentou o número de docentes doutorados na instituição: dos 140 doutoramentos realizados na U.E., entre 1979 e 2000, 87,9% teve lugar então e das 37 equivalências concedidas a doutoramentos realizados no estrangeiro, 62,2% também ocorreu nesses anos.

O funcionamento da escola é assegurado por um orçamento que ronda os sete milhões de milhares de escudos (cerca de 34.915 mil euros), maioritariamente provenientes do Orçamento de Estado e comprometidos em grande parte (80% do Orçamento Académico) com o pagamento de salários, o que limita consideravelmente a capacidade

de investimento e de melhoria das condições de estudo e de trabalho dos membros da U.E..

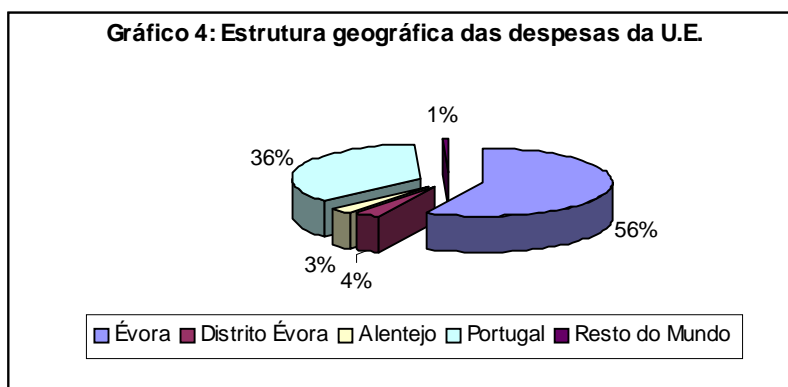
Sendo a principal unidade de investigação localizada no Alentejo (com 85,4% dos investigadores presentes na região), a U.E. tem responsabilidades acrescidas nos domínios da investigação e da extensão. Ao nível da investigação, as áreas privilegiadas para o desenvolvimento de projectos são as Ciências Humanas e Sociais, as Ciências Naturais e as Ciências Agrárias e Veterinárias, o que reflecte o facto de serem estas as áreas com mais docentes doutorados. A investigação é financiada, fundamentalmente, pelos programas comunitários PRAXIS e PAMAF e é desenvolvida, de forma predominante, em projectos liderados pela própria instituição, registando-se poucos casos de parcerias com entidades estrangeiras. No âmbito das actividades de extensão, a U.E. presta serviços à comunidade, quer ao nível da formação, quer através de acções de consultoria ou por via da promoção da inserção de diplomados no mercado de trabalho regional. Participa em diversas entidades regionais, ao nível das respectivas administrações, procura trazer os parceiros regionais para a instituição, através da participação em actividades de ensino ou investigação, e mantém um relacionamento privilegiado com as escolas dos ensinos básico e secundário. A realização ou promoção de actividades culturais e desportivas tem sido uma das formas mais sistemáticas de inter-relação com o meio envolvente.

4. Alguns efeitos da Universidade no território

A U.E. é uma das principais entidades empregadoras da cidade, dando trabalho a cerca de um milhar de funcionários e provavelmente aquela onde a qualificação do emprego é mais elevada. Assim, a U.E. surge também como uma das instituições do concelho de Évora que mais massa salarial paga e das que apresenta salários médios mais elevados. Naturalmente que estes são fortemente influenciados pelas remunerações dos docentes que auferem cerca de 80% dos rendimentos de trabalho pagos pela instituição. Contudo, particularmente entre os docentes da instituição são muitos (51,1%) os que não residem no concelho de Évora, preferindo manter a zona da Grande Lisboa como local de residência, o que nos permite questionar a capacidade da cidade para fixar este profissionais. A região de Lisboa e Vale do Tejo é, depois do concelho de Évora, aquela para onde a U.E. transfere mais recursos financeiros, quer por via do pagamento de

despesas com pessoal, quer através da realização de aquisições diversas, devido à localização das sedes de muitas empresas com quem mantém relações comerciais.

No entanto, o impacto da instituição na economia é muito mais vasto que o emprego directo criado. Do seu orçamento anual, a partir de dados para o ano económico de 1999, estimamos que 56% sejam reaplicados na economia do concelho e mais 3% no Alentejo. A este efeito é necessário ainda somar as despesas realizadas pelos estudantes da instituição (estimamos que 70% dos estudantes da U.E. não reside no concelho de Évora), as quais admitimos que tenham atingido, naquele ano, os 9,5 milhões de contos. Entre estas, destacamos os gastos com rendas de casa (18,9% do total), alimentação (14,7%) e livros e material escolar (10,2%). A partir destas estimativas concluímos que a actividade económica da U.E. tem um peso de 1,5% no PIBpm da região, gera um efeito multiplicador, quer no rendimento quer no produto da cidade, que oscila entre 1,2 e 1,3 unidades monetárias, e potencia a existência de mais de dois mil empregos induzidos, concentrados maioritariamente no sector dos serviços.



Fonte: Elaboração própria.

Naturalmente que um dos efeitos da presença da U.E. na cidade se faz sentir sobre o mercado habitacional. Os cerca de oito mil estudantes que frequentam a instituição têm um peso significativo no conjunto da população residente em Évora, moldando o seu quotidiano durante quase todo o ano. Mau grado a inexistência de informação estatística inter-censitária, de caracterização das variáveis relativas à habitação, nos impedir de estudar a relação entre a evolução do mercado habitacional na cidade com a dinâmica da U.E., não deixamos de constatar que a cidade de Évora apresenta, na última década do século XX, em termos de população residente, famílias e alojamentos, um

comportamento claramente positivo e profundamente distinto da realidade da região onde se insere.

A esta dinâmica não pode ser alheia a actividade sócio-económica potenciada pela presença da U.E.. Particularmente significativa, mas de difícil quantificação objectiva, é a parcela dispendida em Rendas de Casa. A partir do questionário aplicado aos estudantes, podemos concluir que a maioria dos que não têm residênciã no concelho de Évora ficam alojados, em tempo de aulas, em casas (35,9%) ou em quartos (38%) arrendados, pelos quais pagam uma renda mensal de cerca de 25 mil escudos (125 euros). De facto, estes gastos contribuem, em inúmeros casos, para o aumento do rendimento disponível das famílias mais idosas, com menores recursos e por vezes vivendo relativamente isoladas, que habitam o centro histórico da cidade, local privilegiado para residênciã pelos estudantes. Por outro lado, o mercado habitacional de Évora não deverá deixar de ser influenciado pela presença dos funcionários da U.E. residentes no concelho (cerca de 66% do total), estimando-se que 33,8% do seu rendimento disponível seja dedicado às despesas com Habitação e água.

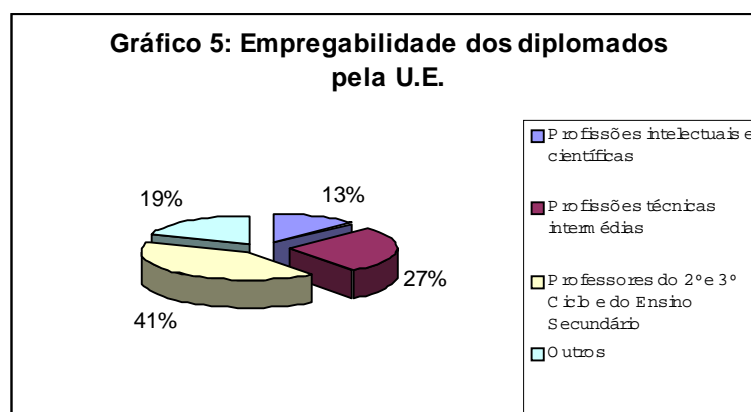
Para além da avaliação dos efeitos na economia do território de acolhimento, procurámos também conhecer *i)* as relações existentes entre a U.E. e o meio no que toca à transferência de conhecimentos ou de novas tecnologias, *ii)* a contribuição para a melhoria da qualificação do trabalho e *iii)* a contribuição para a vitalidade sócio-cultural. Para obtermos a informação necessária ao cumprimento destes objectivos procedemos à aplicação de questionários a vários públicos-alvo bem como à análise de conteúdo dos protocolos estabelecidos pela U.E. com outras entidades externas.

Os questionários foram aplicados a quatro grupos distintos: empresas, outras instituições locais e regionais, que designámos por “outras entidades”, docentes da U.E. e diplomados pela instituição nos últimos anos. A selecção destes quatro grupos de respondentes, onde se incluem empregadores e empregados, formadores e diplomados, parceiros, efectivos ou potenciais, em actividades de investigação ou extensão, visa permitir uma abordagem mais ampla e diversificada da apreciação acerca do conhecimento e do desempenho da instituição, na medida em que esperamos que o relacionamento de cada um dos grupos inquiridos com este estabelecimento de ensino superior possa reflectir um conjunto de experiências e análises, diferentes mas

complementares, fundamentais para uma mais completa análise do objecto de estudo. A análise de conteúdo dos diversos protocolos estabelecidos pela U.E. com entidades externas afigurou-se-nos como muito significativo na medida em que se trata do estudo de fontes documentais que traduzem o relacionamento formal da instituição, através dos seus docentes e das suas infra-estruturas, com inúmeros parceiros institucionais.

Da análise destes documentos concluímos que a principal forma de interacção entre a Universidade de Évora e a região decorre da inserção de diplomados em estágios ou nos quadros das instituições e empresas da cidade e da região, fundamentalmente nas áreas científicas das ciências económicas e empresariais, ciências exactas e ciências agrárias. Os graduados pela U.E. são considerados, pelos empregadores, como tendo formação adequada às funções que exercem. Os docentes da instituição, por seu turno, consideram que as formações oferecidas se adequam de forma satisfatória às necessidades dos mercados de trabalho regional e nacional, contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualificação dos activos que integram o mercado de trabalho local. Pouco mais de um terço dos diplomados pela U.E. procura emprego em Évora (39,1%) e outros tantos fazem-no no Alentejo (37,4%). Destes, 20,2% declararam ter encontrado trabalho em Évora e 30,4% no Alentejo.

Assim, somos levados a concluir que a cidade e a região não se revelam suficientemente capazes do ponto de vista da fixação destes quadros superiores. Naturalmente que nesta análise devemos ter em conta a proveniência geográfica dos alunos da instituição, muitos dos quais procurarão, uma vez terminado o seu processo de formação, regressar aos locais de residência do agregado familiar. As actividades relacionadas com o ensino e os serviços são as que mais contribuem para a inserção profissional dos alunos da U.E., à semelhança do que acontece um pouco por todo o país com os licenciados. O principal empregador dos diplomados pela U.E. é o Ministério da Educação (gráfico 5), sendo também muito significativo o número de diplomados que desempenham profissões técnicas intermédias. Para além do ensino (46%), os serviços (18%), a agricultura e pescas (9%), as actividades financeiras (7%) bem como o comércio, a hotelaria e restauração (4%) são outros sectores de actividade que empregam muitos dos diplomados pela U.E..



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às restantes actividades desempenhadas pela U.E., nomeadamente a investigação e a extensão, ressaltam como características fundamentais o facto da investigação desenvolvida ser predominantemente de carácter aplicado sobre questões de âmbito nacional e internacional, decorrendo das preocupações e dos interesses dos investigadores tal como da possibilidade de obter financiamentos para a sua prossecução. Estas características fazem com que a actividade não reflecta o contexto regional em que a instituição se insere. O Alentejo muito teria a ganhar se os docentes e investigadores da U.E. aplicassem o método científico da investigação na abordagem de problemas regionais. Estes projectos realizam-se em equipa, com membros do mesmo departamento ou de outras instituições nacionais ou regionais, sendo os seus resultados divulgados predominantemente em conferências em Portugal ou noutras sessões públicas. As equipas de trabalho denotam um nível de internacionalização ainda débil, mesmo quando se consideram as relações com os estabelecimentos de ensino superior do outro lado da fronteira. Os trabalhos de extensão, por seu turno, decorrem das necessidades apresentadas por parceiros regionais e fazem-se em equipa com membros do mesmo departamento.

As instituições regionais, apesar de afirmarem conhecer, de um modo geral e de forma razoável, as várias actividades desenvolvidas na U.E., nomeadamente ensino, investigação, extensão e formação, revelam um maior nível de conhecimento acerca dos ensinamentos ministrados, ainda que nem neste caso se perceba muita capacidade nos respondentes para avaliarem a adequação dos mesmos às necessidades da região ou das próprias instituições.

Relativamente à avaliação do contributo da U.E. para o desenvolvimento da cidade e da região, podemos concluir que este é razoavelmente elevado, valorizado com valores médios entre 6 e 8 numa escala de 0 a 10, quer se faça a análise por via do desempenho das diversas funções desenvolvidas (ensino, investigação, extensão e formação) quer por via dos impactes em domínios específicos (económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico), sendo, na generalidade dos casos, a classificação mais elevada em Évora, por comparação com o Alentejo. No entanto, isto não significa que a U.E. possa entender que, neste domínio, fez tudo o que lhe é possível porque também concluímos que os diversos agentes ainda esperam que a instituição reforce o seu desempenho em todos os sectores de actividade, valorizando esta questão, em termos médios, de forma mais intensa (classificações médias entre 7 e 9 numa escala de 0 a 10).

A avaliação, de forma mais pormenorizada, dos sectores onde a influência da U.E. é mais significativa demonstra que ela decorre, por um lado, do contributo para a melhoria da qualificação da população activa e para o mercado de trabalho, o que reforça o elo de ligação entre a região e a instituição por via do desempenho da função ensino, e, por outro, do seu papel na sociedade da informação e na definição de uma estratégia para a região. Em termos sócio-culturais concluímos que a instituição exerce maiores impactes na promoção da região e na contribuição para as actividades artísticas e culturais, devido à existência de uma programação regular de actividades desta natureza – exposições, concertos, teatro, cinema, entre outros -, dos quais podem tirar partido os membros da U.E. e o público em geral.

A U.E. foi considerada como um parceiro medianamente activo no relacionamento com o meio, revelando contudo algumas dificuldades decorrentes da falta de informação existente sobre diversos agentes, da falta de motivação, da falta de tradição no estabelecimento de parcerias ou das características da região. Como formas de promover a aproximação entre o ensino superior e a região as propostas coincidiram na necessidade de existência de maior informação e promoção das actividades desenvolvidas, quer seja em termos de ensino ou de investigação. Por outro lado, podemos concluir que a U.E. contribui de forma mediana para fixar novas empresas ou outras entidades em Évora, não tendo, no entanto, o mesmo efeito se a análise se alargar ao Alentejo, pelo que admitimos que a presença da U.E. não é encarada como potenciadora do efeito de atracção de novas unidades económicas na globalidade da

região. A disponibilização de mão-de-obra qualificada é o motivo mais referido como sendo responsável pelo contributo para a fixação de novas unidades económicas.

5. Um tipo admissível de impactes da Universidade de Évora no mercado de quadros superiores

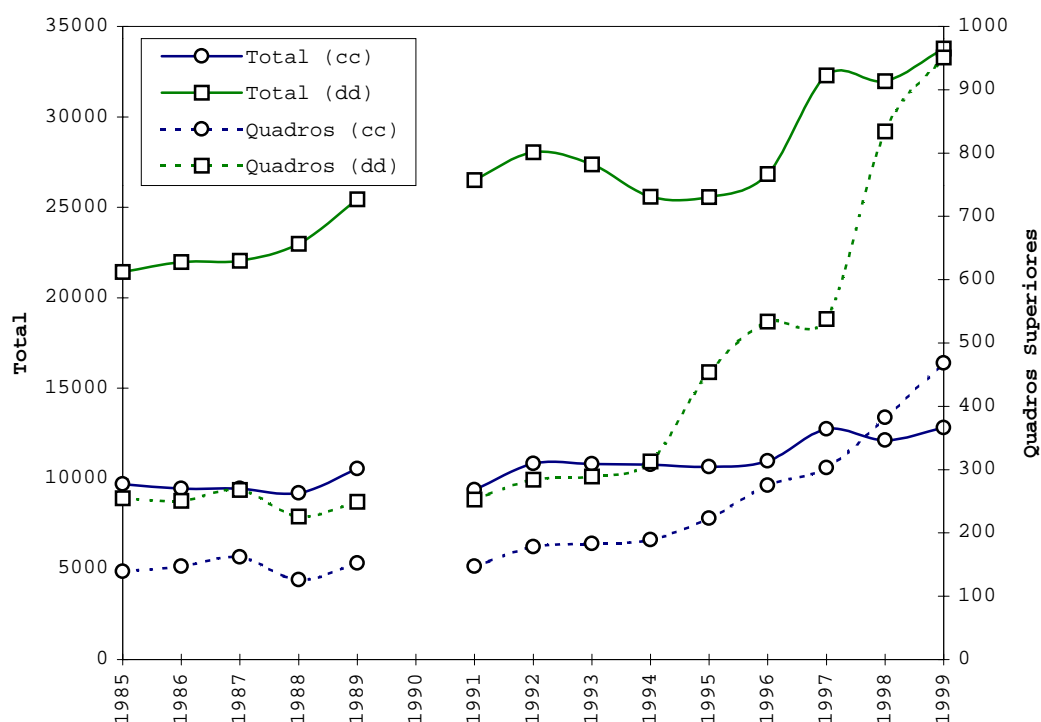
A Universidade de Évora, enquanto uma das principais entidades geradoras do **número** de licenciados que se têm empregado na região do Alentejo, tem desempenhado, obviamente, um papel crucial no desenvolvimento do mercado de trabalho em geral, naquela região, e, em particular, no mercado de trabalho do seu principal *output*, ou seja dos quadros superiores.

A nossa tese, aqui, resulta da vontade de ir para além da evidência **numérica**, atrás realçada. Na verdade, estudos recentes, têm demonstrado que as diversas características de funcionamento do mercado de trabalho como, por exemplo, a sua maior ou menor flexibilidade (em termos de legislação laboral ou em termos da mobilidade espacial da oferta) ou, ainda, o próprio comportamento dos sindicatos são decisivas para explicar a maior ou menor *persistência* no nível de desemprego desse mercado. Assim, tendo em conta que a região Alentejo, onde a Universidade de Évora se situa, se encontra deprimida, em termos económicos mas também demográficos, é de esperar que, pelas características particulares do mercado de quadros superiores, o impacte seja também de natureza **qualitativa**.

Em termos **qualitativos**, julgamos ser tanto maior o impacte da Universidade de Évora, quanto mais distinta for a evolução do mercado de trabalho dos quadros superiores relativamente à registada no mercado de trabalho em geral, ao nível das principais zonas de influência da Universidade, ou seja o concelho e o distrito de Évora.

A figura que se segue mostra, então, como evoluiu a população empregada, em geral e em termos de quadros superiores, no concelho (cc) e distrito (dd) de Évora desde 1985.

Evolução do Emprego no Concelho e Distrito de Évora



Conforme a figura ilustra, em termos do distrito de Évora, o nível de quadros superiores empregados evoluiu de forma assumidamente distinta entre 1992 e 1998. Em termos do concelho de Évora, a subida sustentada do número de quadros superiores empregados que se registou desde 1994, ainda que não tão pronunciada como aconteceu em termos distritais, não foi acompanhada pelo total do emprego.

Em suma, a distinta evolução cronológica, quer em termos concelhios quer em termos distritais, do número de quadros superiores empregados face ao volume total de emprego justifica, na nossa opinião, que se aceite ser a Universidade de Évora geradora de impactes, de **natureza quantitativa**, no mercado de trabalho mas também, pelas características particulares do mercado de trabalho dos quadros superiores, geradora de *eventuais* impactes de **natureza qualitativa**. A *eventualidade* destes impactes será, então, estudada de seguida.

Alguns dos recentes desenvolvimentos teóricos sobre o mercado de trabalho, nomeadamente a chamada “hipótese da histerese”, resultam considerar que a taxa ou o nível de desemprego do momento presente, u_t , é gerado por um processo auto-regressivo como, por exemplo:

$$u_t = \rho u_{t-1} + \varepsilon_t, \quad (1)$$

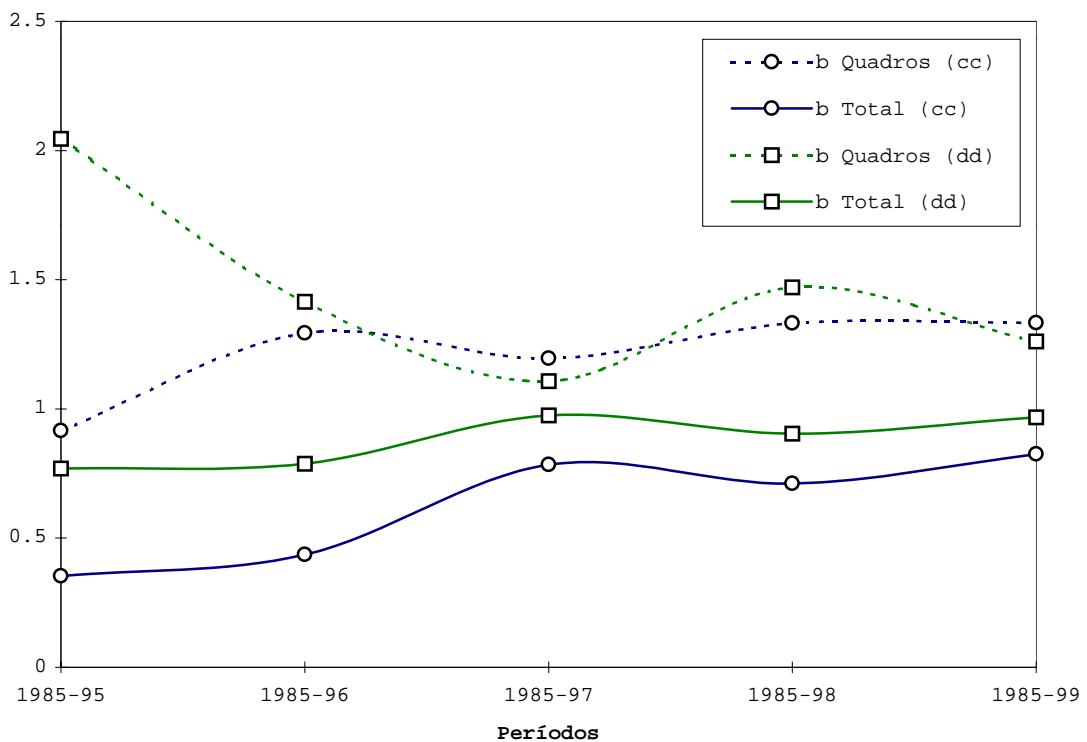
onde ρ se assume como uma medida de *persistência* enquanto ε_t mede todos os factores explicativos do nível ou taxa de desemprego do momento presente para além do nível ou taxa de desemprego do momento anterior.

Por forma a verificar a validade da nossa hipótese procedemos à estimação econométrica (em termos recursivos) de uma generalização do modelo em (1). Assim, estimámos modelos do tipo:

$$L_t = \alpha + \beta L_{t-1} + \varepsilon_t, \quad (2)$$

onde a estimativa, b , do parâmetro auto-regressivo, β , mede a persistência no volume de emprego, L . A figura que se segue ilustra os resultados que obtivemos.

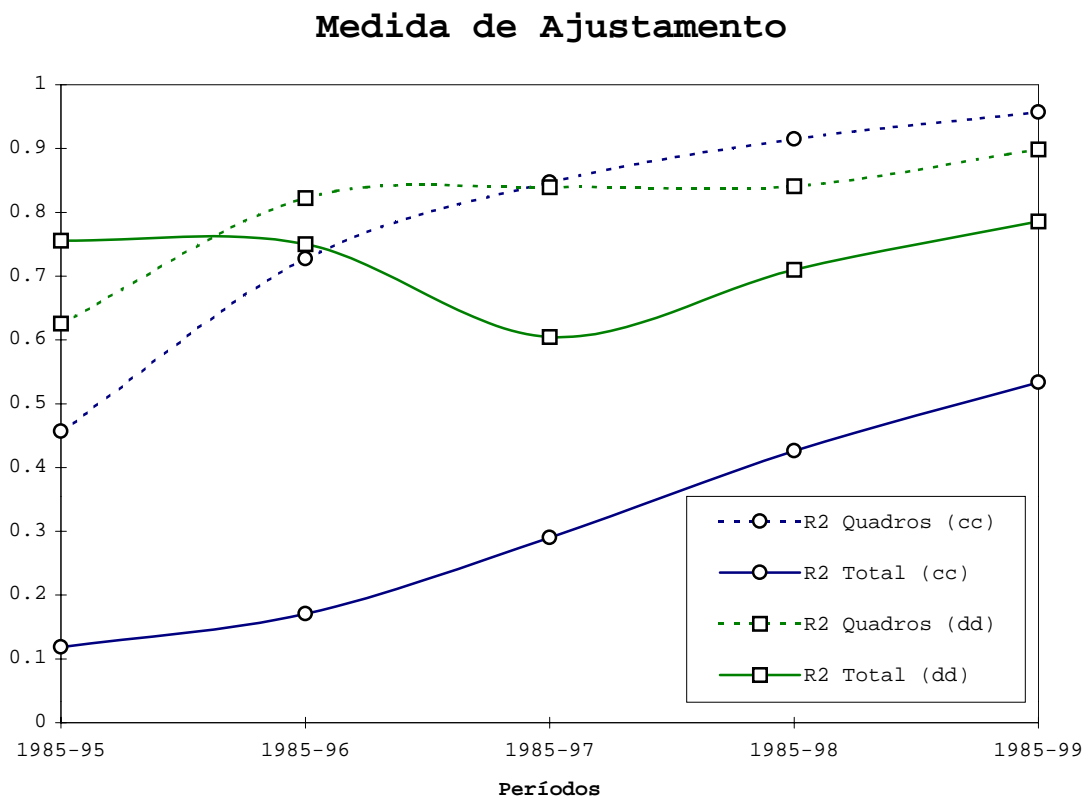
Medida de Persistência



Conforme se pode verificar, o volume de emprego no mercado de quadros superiores exhibe, quer em termos do distrito quer em termos do concelho de Évora, uma maior persistência do que a que caracteriza o emprego em termos totais. Mais importante que este facto é a constatação que o emprego de quadros superiores se caracteriza por um fenómeno de “sobre-histerese”, quer em termos distritais quer concelhios, enquanto o

total do emprego se caracteriza por um fenómeno de “sob-histerese”. Significa isto que o mercado de quadros superiores no concelho e distrito de Évora, de cuja oferta a Universidade de Évora é uma das principais fontes, reagirá, de forma **qualitativamente** (e obviamente quantitativamente) diferente aos vários *choques* que afectarem o mercado de trabalho no seu todo. Este é, na nossa opinião, um dos admissíveis impactes da Universidade de Évora, cuja importância não deve passar despercebida.

Finalmente, interessa-nos “testar” a validade do modelo (2) que foi usado para esta análise exploratória. Usando o *coeficiente de determinação*, R^2 enquanto medida simples de bondade de ajustamento dos modelos obtivemos, em termos de estimação econométrica recursiva, os resultados que a figura que se segue ilustra.



A figura anterior mostra que o poder explicativo do modelo (ainda que extraordinariamente simples) auto-regressivo (2) é bastante bom, sobretudo a partir de 1996, chegando a ser em torno dos 90% quando se considera todo o período amostral, *mas somente para o número de quadros superiores empregados*. Para o total de pessoas empregadas, embora o parâmetro auto-regressivo de 1.º grau, seja também altamente

significativo, as estimações econométricas mostraram ser necessário considerar também um parâmetro auto-regressivo de 2.º grau. Esta diferença no número de *lags* necessários para se obter um razoável poder explicativo através de parâmetros ainda estatisticamente significativos, corrobora a nossa hipótese que o mercado de quadros superiores funciona, em termos do concelho e do distrito de Évora, de forma qualitativamente diferente do mercado de trabalho na sua generalidade. Para tal, admitimos ser a Universidade de Évora fortemente responsável.

6. Notas finais

Com este trabalho procurámos identificar, e quantificar sempre que possível, alguns dos impactes económicos, sociais e culturais da U.E. no território envolvente. Sendo a região onde a instituição se insere económica e demograficamente deprimida, a cidade de Évora, principal núcleo urbano do Alentejo, apresenta, contudo, algumas dinâmicas um pouco mais significativas que a área envolvente, fundamentalmente no sector terciário. Para que tal aconteça, consideramos que a presença da Universidade na cidade tem vindo a assumir uma importância decisiva.

Desde logo, a importância económica, e o efeito multiplicador, decorrente do funcionamento da instituição, dos rendimentos pagos aos seus funcionários, mas também dos gastos dos estudantes que não sendo residentes no concelho, ficam alojados na cidade durante o ano lectivo.

O principal contributo da instituição para o desenvolvimento da região faz-se através da função ensino, ou seja, por via dos diplomados que integram o mercado de trabalho local, na medida em que estes contribuem para a melhoria da qualificação do emprego da cidade e da região, como se conclui através da análise dos questionários apresentados às diversas entidades. A análise econométrica realizada fornece-nos claros indícios que, para além daquela melhoria, a U.E. influencia **qualitativamente** o funcionamento do mercado de trabalho no concelho e distrito onde se implanta. Por outro lado, mais incipiente é ainda a actuação da instituição no domínio da transferência de conhecimento inovador para as empresas e demais entidades regionais. Estas acções apenas têm lugar de uma forma pontual, decorrendo de processos de colaboração isolados e não de uma actuação institucional estratégica. Em termos de contributo para a

dinâmica sócio-cultural, a U.E. desenvolve inúmeras actividades de carácter artístico, cultural e desportivo durante todo o ano, que são divulgadas dentro e fora da instituição, possibilitando que os residentes na cidade nelas possam participar, ao mesmo tempo que os membros da academia são também “público” de actividades similares promovidas pelas instituições da cidade e da região.

7. Bibliografia

BLEANEY, M.; BINKS, M.; GREENWAY, D.; REED, G.; WHYNES, D.: (1992) What does a university add to its local economy?, *Applied Economics*, 24, 305-311

BROWN, R.H. e HEANEY, M.T. (1997), “A note on measuring the economic impact of institutions of higher education” in *Papers in Regional Science*, 80, pp. 255-273

CVCP (1994), *Universities and Communities*, Report by the Centre for Urban and Regional Development Studies for the Committee of Vice-Chancellors and Principals

DGDR (2000), *As infra-estruturas produtivas e os factores de competitividade das regiões e cidades portuguesas, A dotação regional de infra-estruturas, o padrão de especialização das regiões portuguesas e o mérito relativo dos novos investimentos em infra-estruturas produtivas*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa

FLORIDA, R. (1995), “Toward the learning region” in *Futures*, 27 (5), pp. 527-536.

GODDARD, J. (1998), “Contribution au développement national et regional”, UNESCO, Conférence mondiale sur l’enseignement supérieur, Paris

HUGGINS R.; COOK P. (1997), “The economic impact of Cardiff University: innovation, learning and job generation” in *Geojournal*, 14 (4), 325-37

LOPES, RAUL (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*, Lisboa, Celta Editora

LUNDVALL, B.-A. (1998), “Innovation policy in the globalising learning economy”, comunicação apresentada ao Colóquio Le Paradigme de milieu innovateur dans l’économie spatiale contemporaine, Paris, GREMI

LUNDVALL, B.A. e JOHNSON, B. (1994), “The learning economy” in *Journal of Industry Studies*, vol. I, nº2, pp. 23-42

OCDE (1999), *Les établissements d’enseignement supérieur face aux besoins régionaux*, Paris, OCDE

OCDE (1998), *L’investissement dans le capital humain, une comparaison internationale*, Centre pour la Recherche et l’Innovation dans l’Enseignement, Paris, OCDE

OCDE (1997), *Éducation et équité dans les pays de l'OCDE*, Paris, OCDE

REGO, M.C. (2002), Análise de alguns impactes regionais da Universidade de Évora no meio envolvente, comunicação apresentada ao IX Encontro Nacional da APDR, Junho, Lisboa

REGO, M.C. (2001), “O impacte económico da Universidade de Évora na sua envolvente: análise estática”, comunicação apresentada ao VIII Encontro Nacional da APDR, Junho, Vila Real

SIMÕES LOPES, A.(1996), “Educação, formação e desenvolvimento regional”, comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional da APDR, Covilhã

THOMAS, D.J. (1995), “Education and the role of the university in economically developing regions”, in *Higher Education Policy*, vol.8, nº 2, pp.51-62

TURNER, P. (1997), “The economic impact of a university on its environment”, in *European Ed.*, 29 (3), pp.88-95